

Mulheres na luta: participação de mulheres nas ocupações de 2016 na Universidade Federal de Pernambuco

*Marina Maria Teixeira da Silva**

*Celma Tavares***

Resumo

Partindo dos estudos sobre a participação de mulheres em movimentos sociais, buscamos apresentar como mulheres universitárias estão construindo seus papéis e sua voz nos movimentos estudantis. O objetivo desta pesquisa é analisar a participação de mulheres nas ocupações realizadas em 2016 na Universidade Federal de Pernambuco, a partir da observação participante e de entrevistas em ocupações de três centros universitários. Por meio da Análise de Conteúdo, pudemos inferir que essas mulheres se deparam com desafios semelhantes aos de seu cotidiano, porém, a partir do diálogo e da resistência, conseguem encontrar espaços privilegiados para o debate de questões que envolvem desigualdade de gênero. A vivência de práticas democráticas e o ambiente propício à discussão dos direitos humanos fomentam uma potencial transformação nas práticas e nas relações com os homens e com outras mulheres, com demonstrações de empoderamento e protagonismo.

Palavras-chaves: Movimentos sociais; Feminismo; Gênero.

* Mestra em Direitos Humanos – PPGDH/UFPE; Especialista em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas – PPGA/UFPE - Brasil. E-mail: marinamts@gmail.com <http://orcid.org/0000-0002-6435-4700>

** Doutora em Direitos Humanos - Universidade de Salamanca (2006) e pós-doutorado em Educação - UFPE (2018). Docente do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos/PPGDH - Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: cftav@uol.com.br. <http://orcid.org/0000-0003-1036-6340>

Mujeres en lucha: participación de mujeres en las ocupaciones del 2016 en la Universidad Federal de Pernambuco

Resumen

Basándonos en los estudios sobre la participación de mujeres en movimientos sociales, buscamos presentar cómo mujeres universitarias construyen sus papeles y su voz en los movimientos estudiantiles. El objetivo de esta investigación es analizar la participación de mujeres en las ocupaciones realizadas el 2016 en la Universidad Federal de Pernambuco, utilizando la observación participante y entrevistas en las ocupaciones de tres centros universitarios. Por medio del análisis de contenido, pudimos inferir que esas mujeres se deparan con retos semejantes a los que componen su cotidiano, sin embargo, a partir del dialogo y de la resistencia, ellas logran encontrar espacios privilegiados para el debate de cuestiones relacionadas a la desigualdad de género. La vivencia de prácticas democráticas y el ambiente propicio a la discusión de los derechos humanos fomentan un potencial transformador en las prácticas y en las relaciones con los hombres y con otras mujeres, con demostraciones de empoderamiento y protagonismo.

Palabras-clave: Movimientos sociales; Feminismo; Género.

Women in the Fight: Women's participation in the 2016 occupations at the Federal University of Pernambuco

Abstract

From studies on the participation of women in social movements, this study tries to present how university women are building their roles and their voice in the student movements. The objective is to analyze the participation of women in the 2016 occupations that took place at the Federal University of Pernambuco, through the method of participant observation and interviews with women involved in occupations on three campuses of the university. Through the Content Analysis, it was inferred that these women face within the movement challenges similar to those of their daily lives. Through dialogue and resistance they are able to find, in the occupational movements, privileged spaces for discussion of issues that involve gender inequality. The experience of democratic practices and an environment propitious to the discussion of human rights enable a potential transformation in practices and relations with men and other women, with demonstrations of empowerment and protagonism.

Keywords: Social movements; Feminism; Gender.



1 Introdução

Este artigo pretende realizar uma reflexão sobre o lugar da participação das mulheres em movimentos sociais de luta mais ampla, especialmente em relação ao movimento estudantil, às condições de desigualdades encontradas no interior dos próprios movimentos e à importância de sua participação na manutenção e organização das ocupações estudantis. É relevante, ainda, perceber as resistências e as trocas vivenciadas nesses espaços e a forma como favorecem o empoderamento dessas mulheres, atuando como espaços de educação em direitos humanos; esta compreendida como um processo que articula as esferas cognitiva, dos valores, e das ações de promoção e defesa dos direitos humanos (RODINO, 2012).

Partindo do interior dos estudos a respeito da participação de mulheres em movimentos sociais, que apontam a invisibilidade e manutenção das mulheres em segundo plano dentro dos movimentos de luta mais amplo, buscamos apresentar como mulheres universitárias jovens estão construindo seus papéis e sua voz no interior dos movimentos estudantis. Nesse sentido, Ana Alice Costa e Macedo Filho, ao tratar das ocupações realizadas por movimentos pela moradia, analisando como se dá a participação de mulheres na manutenção do ambiente e no funcionamento do movimento, afirmam que

o Movimento, quando percebido como um espaço de ação coletiva e de luta política, pode possibilitar às mulheres inseridas nesse espaço a posição de protagonistas, transitando da sua condição inicial de 'desconhecimento' político, para lideranças em ocupações ou do Movimento (MACEDO FILHO; COSTA, 2014, p. 26).

Além disso, Bruna Osório (2014), ao analisar a história da participação de mulheres em movimentos estudantis, alerta para a invisibilidade destas militantes na exposição midiática dada ao movimento – assim como percebe uma diminuição de poder de decisão e voz das militantes em relação aos seus companheiros homens. Nesta mesma direção, Silva e Mendonça, a partir de suas pesquisas sobre a participação de mulheres em movimentos estudantis e seu envolvimento na universidade pública, enfatizam que a

participação da mulher no movimento estudantil o revela como um espaço masculinizado, com ausência dos debates de gênero. As memórias destas mulheres desvelam também que esse espaço de atuação está carregado de sentidos e vivências e, sobretudo, da (re) invenção da mulher na luta política para subverter os espaços de opressão (SILVA; MENDONÇA, 2016, p. 01).

Assim, tomando como ponto de partida os estudos a respeito da participação de mulheres nos movimentos sociais, pretende-se avançar nesta discussão ao apresentar a vivência específica de jovens mulheres no movimento estudantil na universidade pública e suas experiências nas ocupações contra a PEC do Teto dos Gastos. Não há, porém, a pretensão de abarcar a complexidade dessa temática, mas de ampliar o olhar sobre como as mulheres vêm se inserindo em movimentos sociais e como lidam com os conflitos que encontram em razão das desigualdades de gênero no interior dos próprios movimentos.

Apresentamos, a seguir, a metodologia da pesquisa; um breve histórico da participação de mulheres em movimentos sociais na América Latina e mais especificamente no



Brasil; os novos movimentos estudantis e suas estratégias de militância, em particular as ocupações; e, por fim, trazemos os resultados encontrados.

2. O percurso metodológico

Para a realização da pesquisa, foi adotada uma metodologia qualitativa que articulou observação participante em eventos e no cotidiano das ocupações realizadas na Universidade Federal de Pernambuco; entrevistas com mulheres participantes das ocupações; e fontes de informação como a página Ocupa UFPE e o grupo da UFPE no Facebook. As entrevistas e o trabalho de observação foram realizados no período de 10 de novembro a 10 de dezembro de 2016. A escolha por esses instrumentos se justifica na medida em que a observação participante é eficiente em mostrar dados que perguntas em um questionário/entrevista não podem prever (MARCONI; LAKATOS, 2003). Enquanto a entrevista semiestruturada possibilita a representatividade qualitativa dos(as) informantes e favorece a captação de uma informação mais profunda (GIL, 1995).

Tanto a observação participante quanto o acompanhamento dos movimentos pelas redes sociais proporcionaram a oportunidade de ajustar as visitas da pesquisadora em momentos propícios nas ocupações, como a assembleia docente, a assembleia de mulheres realizada no CAC e um evento cultural das ocupações; e também possibilitou ver na prática como se dava a divisão de pessoas nas comissões instituídas e presenciar fatos que foram relevantes para gerar perguntas mais substanciais às entrevistadas, além das já previstas na entrevista semiestruturada.

Foram selecionados três centros da instituição para a realização das entrevistas: o Centro de Educação (CE), por ter sido o primeiro prédio a ser ocupado e por abrigar o curso com a maior presença de mulheres dentre os ocupados; o Centro de Artes e Comunicação (CAC), por ser um centro catalisador do movimento de mulheres na Universidade, articulando assembleias de mulheres ocupantes; e o Centro de Ciências Biológicas (CCB), por ser um prédio sem um grande histórico de mobilizações anteriores e com menos acesso às discussões de gênero, de forma a oferecer uma diversidade de experiências. Foram entrevistadas seis mulheres das ocupações, duas em cada um dos centros escolhidos, indicadas como representativas por seus pares. As entrevistas semiestruturadas buscaram, em sua parte fixa, investigar a aproximação das mulheres a movimentos sociais, especialmente aos movimentos feministas; a visão delas em relação à PEC do Teto dos Gastos; sua percepção a respeito das divisões das atividades na ocupação e da participação e protagonismo de mulheres. Outras questões foram aparecendo durante as entrevistas e observações, e foram trazidas como perguntas livres às entrevistadas.

As entrevistas foram gravadas em áudio, após anuência das entrevistadas. Foram preservados o sigilo e a privacidade das voluntárias, assegurando que as informações seriam utilizadas única e exclusivamente para a execução desta pesquisa. Após a transcrição das entrevistas, os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo temática (Bardin, 1977; Gomes, 2009), por considerar-se que este tipo de análise apresenta um conjunto de técnicas adequadas aos instrumentos aplicados.



Após a transcrição integral das entrevistas, foi realizada uma “leitura flutuante” (BARDIN, 1977, p. 122) de todas as transcrições, buscando perceber o material como um todo – auxiliando na tomada de decisões sobre os aspectos teóricos e metodológicos a serem aplicados. Foi realizada uma seleção de trechos e posterior codificação pautada pelos temas de interesse da pesquisa, cujas categorias foram elencadas durante e após a pesquisa de campo.

Seguimos, conforme Bardin (1977), algumas regras na escolha dos dados a serem analisados: exaustividade (não deixar de fora do corpus nenhum elemento); representatividade (o material analisado deve ser uma parte representativa do universo inicial); homogeneidade (os dados devem obedecer a critérios precisos de seleção e não se configurar muito singulares em relação ao todo); pertinência (o material deve ser concernente às questões que guiam a pesquisa, buscando respondê-las). Por fim, foram realizadas as inferências e interpretações, conforme o marco teórico desta pesquisa.

3 Participação de mulheres em movimentos sociais no Brasil e na América Latina

As mulheres têm um histórico de participação em várias lutas na América Latina. Neste continente, o feminismo desenvolve-se com um caráter movimentista a partir da década de 1970, inserido na luta contra os movimentos autoritários e militares em diversos países. Por essa origem, mostra-se um movimento mais comprometido com as relações sociais de produção, unindo forças com a esquerda marxista. A própria presença de mulheres na luta armada já representava uma transgressão ao modelo esperado para uma mulher da época e uma ruptura em relação à predominante presença masculina nesses movimentos, mas isso não significava que as mulheres militantes tivessem uma vivência diferente de outras mulheres: as suas queixas aproximavam-se muito das já comumente encontradas nas relações homem-mulher, principalmente no que se refere aos cuidados com as/os filhas/os e com a casa (MORAES, 2013).

As primeiras feministas latino-americanas privilegiaram a luta de classes e a inserção da mulher nas questões de trabalho, ficando as bandeiras mais tradicionalmente vinculadas ao feminismo europeu, como questões de sexualidade e direitos reprodutivos, sem ênfase na América Latina (STERNBACH et al., 1994). Havia, nesse contexto, o movimento de mulheres contra a crise econômica e a ameaça a direitos básicos que, sob a bandeira da proteção à família e aos/as filhos/as, buscavam criar estratégias de resistência e de sobrevivência coletiva. Mulheres que lutavam pelas pautas comuns da esquerda eram consideradas por seus pares marxistas como exercendo um “bom feminismo”: aquele vinculado às pautas de classe e trabalho. Para conseguir formar uma unidade e lutar junto com essas mulheres, as feministas latino-americanas optaram por deixar de lado as pautas que eram vinculadas a um feminismo “ruim”, europeu, “burguês”, como sexualidade, violência contra a mulher, direitos reprodutivos. Havia dessa forma, uma resistência de alguns grupos de mulheres a assumirem uma identidade feminista (STERNBACH et al., 1994). Outra característica desse movimento era de se debruçar sobre ações “voltadas para fora”, em vez das “voltadas para dentro”, como a conscientização, tão cara a movimentos feministas europeus. Para elas, era interessante investir na



tentativa de disseminar a mensagem feminista a mulheres das classes populares, para ligar o feminismo a outras forças progressistas e relacionar as lutas das mulheres à luta da sociedade contra o governo militar (STERNBACH et al., 1994, p. 263).

Porém as mulheres feministas começaram a perceber que a dicotomia entre feminismo bom e ruim e a ideia de um feminismo “bem comportado” ajudava a manter na opressão as mulheres da classe popular, já que deixava temas de seu interesse e que impactavam em suas vidas longe da discussão. É a partir dessa percepção que o reconhecimento enquanto feminista e a inserção dessas pautas começaram a aparecer na teoria e práticas das feministas da época.

Para Sternbach e outras autoras,

o modelo latino-americano não apenas é único em sua organização de mulheres, mas também armazenou uma base política que poderia, e sem dúvida deveria, ser objeto de inveja de feministas em toda parte. (STERNBACH ET AL., 1994, p. 260).

Nas três décadas seguintes a sua origem, o feminismo na América Latina foi se desenvolvendo e institucionalizando-se, somando-se às vozes que visibilizavam as questões lésbicas, urbanas, políticas de identidades negra e indígena e construindo, paralelamente, uma crescente produção acadêmica. Não sem conflitos, uma vez que as vozes dissonantes por vezes trouxeram sua perspectiva para a discussão, o que foi o caso das feministas negras que colocaram em xeque algumas pautas feministas por desconsiderarem as demandas das mulheres negras. No Brasil, o movimento feminista atuou fortemente na redemocratização e na inserção da pauta de mulheres na Assembleia Nacional Constituinte, movimento que ficou conhecido como o “lobby do batom” (COSTA, 2005).

Na década de noventa, houve um aumento considerável de organizações que abarcavam identidades femininas, ou mesmo de subgrupos de mulheres sendo criados em organizações maiores, como sindicatos e associações. Desenvolveu-se um feminismo de caráter mais popular e plural, que aos poucos foi diluindo as resistências ideológicas das que se opunham ao feminismo (COSTA, 2005). Apesar da amplidão de vozes e pautas que por vezes são divergentes, os diversos feminismos atuam, em uníssono, na resistência à desigualdade histórica na relação de poder em relação aos homens; na perspectiva da desigualdade existente nas relações de gênero e na reivindicação da equivalência de direitos entre homens e mulheres (GARGALLO, 2012).

Inseridas no movimento estudantil, grupos de mulheres conduzem suas próprias pautas no interior do movimento (como creches para dependentes, denúncia da violência e assédio contra a mulher no contexto das universidades) no mesmo passo em que juntam forças com outras identidades e militâncias na luta por bandeiras comuns. Há um protagonismo de mulheres no movimento estudantil, facilmente percebido pela observação de protestos e ocupações e nas matérias e coberturas da mídia. Nas ocupações, com suas atividades de formação e a convivência própria do movimento, esta participação e protagonismo proporcionam uma nova forma de lidar com as questões da diversidade e da igualdade de gênero e sexualidade.



4 Os novos Movimentos Estudantis

O Movimento estudantil fez parte de importantes marcos históricos no cenário social e político da América Latina, participando ativamente das lutas contra os governos autoritários do século XX. Combativo, costuma ser a vanguarda das manifestações, frequentemente atuando tanto na política local e intrinsecamente ligada à educação, quanto na política de caráter mais amplo e nacional. No Brasil, o movimento estudantil foi atuante na resistência à ditadura e na luta pela democracia. Atualmente, surge com o que talvez seja a maior força agregadora dentre os movimentos sociais, a cada dia mais fragmentados, servindo como um catalisador de pessoas de variados movimentos, o que faz dele um movimento atípico e *sui generis* (BRINGEL, 2009).

Uma reflexão a respeito da posição de movimento social em relação ao que chamamos de “movimento estudantil” se faz necessária. Bringel (2009) observa que precisamos primeiro diferenciar ação coletiva de movimento social - uma ação de estudantes, caso isolada, não configura a existência de um movimento estudantil. Ações impulsionadas por uma instituição, como uma entidade estudantil organizada, também não resultam em um movimento. São necessários alguns elementos mínimos para compreender essas lutas e reivindicações enquanto movimento social:

definição de reivindicações, demandas e objetivos coletivos; exposição dessa problemática a interlocutores políticos por meio de diferentes estratégias e repertórios de ações coletivas; mínima organização com certo grau de continuidade no tempo; caráter não institucional; trabalho comum que leva à construção de uma identidade coletiva, mesmo que incipiente. (BRINGEL, 2009, p. 102).

Para o autor, ainda que os movimentos estudantis não apresentem todos os traços clássicos de um movimento social, alguns indícios fortes demarcam essa dimensão, como suas formas de organização (sem liderança estabelecida e com base em assembleias) e as estratégias usadas (empregando técnicas e táticas oriundas de outros movimentos). Bringel (2009) ressalta que podemos perceber na história do movimento no Brasil períodos de mobilização e de desmobilização dos movimentos estudantis. Nos últimos dez anos (a partir dos protestos de 2007 e 2008) estamos presenciando uma mobilização forte desses movimentos, apontando para uma renovação do movimento estudantil, atuando na vanguarda de diversas lutas sociais da atualidade. São em essência, movimentos que podem ser posicionados dentro do conceito de “novos movimentos sociais”, que, segundo Sousa definem-se como:

um novo tipo de expressão coletiva que introduz outros atores sociais organizados sob outras referências não ligadas às tradicionais esferas e aos canais ‘clássicos’ de representação social (partidos, governos, sindicatos, etc.), redescobrimo novos modos de intervenção social que exigiam um novo olhar sobre a expressão política do cidadão comum (SOUSA, 1999, p. 117).

Característica comum aos novos movimentos sociais, o movimento estudantil não apresenta uma unidade - não há um só movimento estudantil, mas uma pluralidade de movimentos que podem portar essa denominação, inclusive com pautas e propostas



diferentes. É importante ressaltar que há um caráter transitório e geracional em relação ao sujeito deste movimento: o pertencimento geralmente se esvai com a finalização do vínculo da pessoa com uma instituição de ensino. Em sua maioria, as/os participantes apresentam também outras militâncias e identidades, sendo comum a participação de pessoas identificadas como feministas, negras, LGBT etc., além de pessoas vinculadas a organizações da sociedade civil e a partidos políticos (embora no interior do movimento estudantil se carregue uma bandeira apartidária). O fato de as ações do movimento estudantil não ocorrerem de forma contínua e apresentarem caráter mais pontual contribuem para que não seja a única identidade e nem a identidade principal da/o participante (BRINGEL, 2009).

As reivindicações apresentadas nestes grupos podem ter caráter interno, como a construção e manutenção de um restaurante universitário; ou externo, como o papel da universidade na sociedade. Para Bringel,

ao articular as reivindicações internas com questões externas, de maior alcance, como as políticas educativas de um governo ou temas da política local, nacional ou global, essas lutas adquirem maior grau de protagonismo em nível societário (BRINGEL, 2009, p.104).

Enquanto movimento social, há um caráter de formação educativa nesses movimentos. Pizarro e Ducasse (2012, p. 225) apontam uma intencionalidade político-pedagógica que muitos movimentos sociais latino-americanos possuem, de forma que o movimento social se constitui “como um princípio educativo em si mesmo”. Segundo Gohn (2011), o aprendizado político que a participação em movimentos sociais que têm como bandeira principal a defesa da educação são capazes de gerar é transferido para a participação do indivíduo na sociedade em geral. O próprio ato de protestar, negociar e dialogar se configura como um aprendizado e alcança todos/as os/as interlocutores/as:

Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos (GOHN, 2011, p. 333).

É no contexto de combate a políticas de governo voltadas ao desmonte dos direitos sociais conquistados e no seio do movimento estudantil que a prática das ocupações se expande como estratégia de militância no Brasil, alcançando escolas e universidades em todo o país.

5 Ocupações estudantis de 2016 e a participação de mulheres

No contexto de um movimento estudantil multifacetado e alinhado às novas tecnologias, investigamos a participação de mulheres nas ocupações realizadas na Universidade Federal de Pernambuco, no final do ano de 2016. Discutimos, a seguir, a utilização das ocupações como forma de protesto e reivindicação e apresentamos os resultados da análise das entrevistas das seis mulheres participantes desse estudo.



5.1 As Ocupações

As manifestações na Praça Tahrir, no Egito, em 2011, deram origem a uma estratégia de militância que recebeu o nome de ocupação (ou, simplesmente, “Ocupa”). Logo difundidas, as ocupações começaram a atravessar o planeta, passando pela Espanha, pela Grécia, pela Islândia e finalmente atingindo o coração financeiro americano, a Wall Street. Bradando “nós somos os 99%”, milhares de pessoas se manifestavam contra o 1% que mantinha a maior concentração de riquezas dos Estados Unidos, dando visibilidade mundial ao fenômeno das ocupações. Entre 2011 e 2013, tal estratégia desembarca na América Latina, com a luta de estudantes do Chile e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil.

A técnica da ocupação em si não é novidade nos movimentos sociais, sendo há décadas utilizadas por movimentos rurais e urbanos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), no Brasil, e o Zapatismo, no México. Como estratégia dos novos movimentos sociais, as ocupações se difundiram com o auxílio das redes sociais, como o Facebook e o Twitter, na organização e no planejamento das ações. É também por meio delas que as/os estudantes encontraram uma maneira de se fazerem visíveis, já que a mídia tradicional costuma não dar visibilidade às ações, ou apresenta informações pouco verídicas e/ou distorcidas a respeito do movimento estudantil, seus manifestantes e suas demandas. Cria-se, então, uma mídia alternativa e não hegemônica:

Em todos esses novos movimentos, o papel das redes sociais foi importante. Na verdade, o *Occupy Wall Street*, o *Movimento dos Indignados* e o *movimento Geração à Rasca* são exemplos candentes da verdadeira globalização ‘dos de baixo’, que hoje se contrapõe à globalização dos ‘de cima’ (ALVES, 2012, P. 31).

Assim como nas experiências europeias, os manifestantes brasileiros pertencem a uma complexa diversidade social, que abarca tanto pessoas com identidades diversas e experiências variadas em militância, quanto pessoas que até então tinham pouca ou nenhuma experiência em movimentos sociais. A constituição desses sujeitos implica sempre em uma relação de poder, de forma que se busca, nesses espaços ocupados e a partir da perspectiva de um poder popular, um projeto coletivo de emancipação de sujeitos não hegemônicos, dominados e oprimidos. Poder popular, para Pizarro e Ducasse, remete a

una pluralidad de experiencias históricas en que las clases subalternas ejercieron poder de manera relativamente directa, en el seno de territorios o instituciones, buscando generar espacios libertarios y patrones relacionales igualitarios. (PIZARRO; DUCASSE, 2012, p. 217).

As ocupações buscam esse tipo de projeto coletivo ao se estruturar em uma autogestão participativa e democrática que busca dar voz a todos/as os/as participantes, proporcionando uma participação genuína das pessoas envolvidas. Ressalta-se ainda o caráter educativo e de conscientização estabelecido nas ocupações, seja ele de forma direta, com a realização de aulas públicas, cine debates, mesas redondas; seja de forma indireta, na



vivência de uma autogestão democrática baseada em assembleias, na busca de soluções democráticas para os conflitos e problemas encontrados e pela nova forma de vivenciar o diálogo com o outro naquele universo que serve de lugar seguro para essas experiências. A prática de estar na ocupação, então, proporciona uma formação política capaz de ampliar os horizontes das/os ocupantes e fortalecer, nesse processo, a ação de todo o movimento. Tais características permitem um processo de empoderamento tanto pessoal quanto coletivo nos indivíduos ocupantes, de maneira a construir outras formas de dividir responsabilidades e tomar decisões.

5.2 A participação de mulheres nas ocupações de 2016 na Universidade Federal de Pernambuco

Em meio às discussões que tomavam a esfera política a respeito da necessidade de controlar os gastos públicos, a PEC 241 foi apresentada na Câmara dos Deputados em junho de 2016. Também conhecida como a “PEC do Teto dos Gastos”, ou, na fala dos movimentos sociais, a “PEC do Fim do Mundo”, seu objetivo é limitar as despesas e investimentos públicos de acordo com o orçamento do ano anterior, apenas com correção da inflação. O texto prevê sua obrigatoriedade por vinte anos, e apenas após dez anos de vigência poderá sofrer alterações por quem estiver na presidência da República na ocasião. Saúde e Educação passam a ser limitadas pelas modificações apenas a partir de 2018, segundo o orçamento de 2017. A PEC foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados em 10 de outubro de 2016, por 366 votos a favor e 111 contra. Em 25 de outubro de 2016, foi aprovada em segundo turno com 359 votos a favor e 116 contrários, além de duas abstenções. Seguindo o trâmite, foi aprovada em primeiro (61 votos favoráveis e 14 contra) e segundo turno (53 votos a 16) no Senado e finalmente promulgada em 15 de dezembro de 2016.

Desde sua apresentação, a PEC foi alvo de protestos por parte de sindicatos, de profissionais de variados setores públicos, principalmente ligados à Educação e à Saúde, e por parte dos movimentos sociais, que enxergavam na proposta um caminho de precarização dos serviços públicos e o fim de políticas públicas direcionadas às minorias. Com a iminência de sua aprovação na Câmara dos Deputados, foi ocupada a primeira escola no estado do Paraná. Alunos secundaristas da Escola Padre Arnaldo Jansen, em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, realizaram a ocupação no início do mês de outubro de 2016, contra a PEC 241 e a MP 746/2016 (conhecida como “MP do Ensino Médio”), que promove alterações na estrutura do ensino médio, desobrigando a oferta das disciplinas de artes, educação física, espanhol, sociologia e filosofia. Rapidamente os protestos e ocupações se alastraram pelo Paraná, estado que contava, na ocasião, com o maior número de escolas ocupadas.

As discussões chegaram às Universidades, com assembleias estudantis decretando greve e sindicatos de professores/as e técnicos/as decidindo pela paralisação de suas atividades em mobilização contra a proposta. Pouco a pouco, ocupações foram sendo realizadas em várias universidades públicas pelo Brasil, acompanhadas pelos Institutos Federais e mesmo por algumas universidades privadas como as PUCs, nas quais existem estudantes que dependem de investimentos públicos como o FIES e o PROUNI para a manutenção na graduação. Em 24 de outubro de 2016, um dia antes



da aprovação em segundo turno da PEC 241 na Câmara dos Deputados, o Centro de Educação – CE, da Universidade Federal de Pernambuco, foi ocupado por estudantes, com o apoio de uma parcela de docentes e técnicos/as, tornando-se o primeiro prédio desta Universidade a parar contra a PEC 241 e a MP 746/2016. Com a aprovação proposta pela câmara, aos poucos outros prédios foram sendo ocupados: o Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH (25 de outubro); o Centro de Artes e Comunicação – CAC (27 de outubro) e o Centro de Ciências Biológicas – CCB (31 de outubro). Outros prédios menores foram igualmente ocupados, como os Núcleos Integrados de Atividade de Ensino - NIATEs e os prédios de Educação Física e Enfermagem. No dia 26 de outubro, servidores/as técnico-administrativos/as da instituição decidiram aderir à greve pelo tempo de tramitação da proposta, publicando no mesmo dia nota de apoio às ocupações realizadas pelas/os estudantes. No dia 10 de novembro, foi a vez dos/as docentes da Universidade Federal de Pernambuco aderirem à greve, na que foi uma das maiores assembleias de docentes realizadas na instituição, com votação equilibrada e intensa participação do movimento estudantil (tanto do movimento OcupaUFPE, a favor da greve; quanto do movimento UFPE Livre, contra a greve e contra as ocupações, embora o primeiro fosse maioria).

5.2.1 Perfil das mulheres entrevistadas

As entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2016, nos centros de Educação (CE), de Artes e Comunicação (CAC) e de Ciências Biológicas (CCB). O critério de escolha das informantes foi a indicação dos pares, e foi interessante notar que as/os ocupantes buscaram indicar mulheres que “representassem bem” as Ocupações. É relevante pontuar algumas observações importantes sobre as mulheres entrevistadas: com idades entre 20 e 25 anos, apenas uma delas se declarou branca – e logo pudemos confirmar, em suas falas e pela observação, a predominância de mulheres negras nas Ocupações. Todas se identificaram como feministas, apesar de uma delas afirmar não ter conhecimento profundo, mas se sentir representada pela luta da igualdade de direitos, e uma outra ocupante pontuar ressalvas quanto à necessidade de recortes raciais na discussão feminista. A experiência em outros movimentos sociais foi diversa, sendo citados movimentos de mulheres, associações de estudantes, sindical, ambiental e antiproibicionista – mas metade delas fez questão de pontuar a não participação em partidos e grupos políticos, apesar de não terem sido questionadas diretamente sobre isso.

5.2.2 Participação de mulheres nas ocupações

A análise dos dados permitiu elencar as categorias temáticas que abordaremos nesta discussão. Primeiramente enfocaremos a “divisão de atividades por gênero nas Ocupações”; que dialoga com a categoria seguinte: “relações entre homens e mulheres”. Por fim, discutiremos o “protagonismo de mulheres na luta” e “empoderamento, educação e trocas internas e externas realizadas pelas participantes”.

Mendes (2015), em sua análise das Ocupações estudantis que aconteceram no Brasil em dezembro de 2015, destaca que essa forma de mobilização busca uma construção diferente de gestão do espaço (organização e limpeza), de produção de insumos e serviços



vitais (cozinha, captação de água, criação de horta), de criação de redes de solidariedade (campanhas de doações, estratégias de comunicação, assessoria de imprensa, apoio jurídico), de programação cultural (shows, recitais, cine debates) e de âmbito de decisão democrática (assembleias). As Ocupações visitadas nesta pesquisa apresentaram uma organização por comissões que corresponde, em grande parte, a essas formas de gestão identificadas por Mendes. Nos três centros havia, inicialmente, comissões de cozinha, de limpeza, de segurança, de comunicação e de infraestrutura. Segundo as entrevistadas, a adesão a essas comissões foi realizada em assembleia de cada centro ocupado, de acordo com a atividade que mais agradasse a cada participante, levando em consideração suas aptidões.

Apesar de muitos desses centros terem um debate amplo a respeito de gênero e de feminismo, inclusive com um movimento de mulheres bastante consolidado e atuante na universidade, essa primeira divisão em comissões apresentou uma configuração bem marcada pela “divisão sexual do trabalho”, ficando as mulheres encarregadas da cozinha e da limpeza e os homens dedicados à segurança e à comunicação. Segundo Kergoat (2009, p. 67), a divisão sexual do trabalho

é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...).

Dois princípios gerem a forma de atuação da divisão sexual do trabalho: a separação (existiriam “trabalhos de homem” e “trabalhos de mulher”) e a hierarquização (o trabalho dos homens “valeria” mais) (Kergoat, 2009). A socialização é eficaz na reprodução e perpetuação de uma diferença hierarquizada dos sexos e responsável pelo processo de produção de corpos sexuados desde a infância (Zaidman, 2009). Parece “natural” que, após anos de uma educação pautada pela diferença entre meninos e meninas, esses indivíduos cresçam se identificando mais com atividades historicamente orientadas para o gênero a que pertencem. Na visão das ocupantes, isso é fruto de uma socialização de homens e mulheres em uma sociedade que cria e educa suas crianças para se adequarem a essa divisão sexual do trabalho.

[...] e além do mais, a sociedade cria a gente assim, né, hoje em dia, por estar na universidade, por conversar com outras pessoas, por ler, eu tenho uma forma de pensar, mas eu fui criada com minha mãe dizendo que menina brinca com menina, menina brinca de boneca, que menina usa rosa, menina tem que ser vaidosa, menina tem que se cuidar. Eu não tenho que nada! (Selma – Ocupante do CCB)

[...] a gente tem as microlutas, que a gente precisa manter o espaço limpo, a gente precisa se alimentar e historicamente essas funções sempre foram delegadas para as mulheres, né? Enquanto obrigação das mulheres. Então a gente luta aqui o tempo inteiro para dizer que movimento é esse que a gente quer, né? Se nas micropolíticas a gente continua com essa reprodução, é interessante de se pensar, se no micro a gente não consegue desmistificar, quíçá no macro, né? (Elza – Ocupante do CE)



Selma¹, ocupante do CB, deixa claro em sua fala o quanto essa sociabilização impacta na vida da mulher, ainda que o acesso a outros discursos possa orientar para uma nova forma de lidar com essas questões. Para Elza, ocupante do CE e estudante de pedagogia, a universidade não é alheia ao restante da sociedade. A ocupação se mostra um microcosmo da vida social, que, ainda que composta por indivíduos expostos a diferentes discursos a respeito da divisão sexual do trabalho, reproduz e alimenta, mesmo que de forma inconsciente, essa cisão. Portanto, para a ocupante não é surpreendente que esta batalha precise ser travada também no espaço da Ocupação.

A visão da ocupação como um microcosmo da sociedade é recorrente nas falas das entrevistadas, apresentando dois vieses: em primeiro lugar, a visão de que a ocupação é um lugar onde se reproduz as mazelas e opressões da sociedade; em segundo lugar, a ocupação como um lugar onde é possível desconstruir comportamentos (ou ao menos iniciar um processo de desconstrução) e buscar novas formas de resolver esses conflitos. Não apenas a conflitos de gênero nos referimos: percebe-se ainda nas falas das ocupantes que outras categorias interferem nos comportamentos, e, conseqüentemente, nas atribuições das funções e atividades, principalmente no que diz respeito à raça e à sexualidade dos indivíduos.

Antes tinha uma divisão, mulheres ficavam na cozinha e no banheiro. Fazendo trabalhos completamente peculiares e ainda eram mulheres negras, assim, ainda tinha esse diferencial (Brienne- Ocupante do CAC)

[...] são mulheres que estão na cozinha, são mulheres que tão lavando banheiro. Ou mulheres, ou bichas. E em sua maioria mulheres negras, sabe? (Angela – Ocupante do CE)

Gênero, raça e sexualidade são categorias que atuam conjuntamente na forma como essas mulheres constroem suas identidades e vivenciam suas relações sociais. As relações de gênero, raça e sexualidade se entrecruzam para sedimentar o local em que as mulheres negras e as pessoas LGBTs estarão inseridas no contexto social. São indivíduos comumente impulsionados a trabalhos de cuidado e excluídos do trabalho produtivo e intelectual e que sofrem, por parte da sociedade e do estado, opressões e violações de direitos recorrentes. Essa presença de indivíduos não hegemônicos em nossa sociedade no contexto das ocupações estudantis é consequência do fato de que

os corpos precários da universidade (os primeiros a sofrer com o ajuste) são também os corpos precários da metrópole, aqueles que podem ser objeto de violência estatal sem provocar consideráveis indignações sociais (MENDES, 2015, P. 29).

Uma perspectiva interseccional é desejável para observar, apreender e articular múltiplas diferenças e desigualdades (PISCITELLI, 2008). Collins (2015), ao tratar do

¹ Foi garantido o anonimato das participantes pela não utilização, nesta pesquisa, de seus nomes reais. No final das entrevistas foi solicitado a cada uma das seis entrevistadas que escolhessem o nome de uma mulher que elas admirassem para identificá-las nos trabalhos. Foram elas: as cantoras Selma do Côco, Beyoncé e Elza Soares, a teórica e ativista Angela Davis, Joselita (em homenagem a uma ativista da periferia da entrevistada) e Brienne de Tarth (personagem da série de livros *As Crônicas de Gelo e Fogo*, de George R. R. Martin).



trabalho com dados interseccionais, chama atenção para a necessidade de não perceber as categorias de articulação como somatórias ou aditivas, mas sim como imbricadas. Para a autora, “aderir a comparações e hierarquizações de opressões – o proverbial ‘sou mais oprimido que você’ – nos prende em uma perigosa dança em que competimos por atenção, recursos e supremacia teórica” (COLLINS, 2015, p. 14). Para evitar isso, um caminho a seguir é deixar de lado as posições “ou/ou”, eficientes em categorizar as pessoas dentro de caixas binárias (homem/mulher; branco/negro; heterossexual/homossexual, etc) e nos dedicarmos ao “ambos/e”: “eu sou ambos: professora universitária e mãe – eu não paro de ser uma mãe quando deixo meu filho/a na escola, ou tampouco esqueço tudo que eu aprendi quando limpo uma privada” (COLLINS, 2015, p. 17). Na visão da autora, o ser não deixa de ser uma coisa para ser outra. Insistir em uma posição “ou/ou” impossibilita a posição “ambos/e” – e invisibiliza o fato de que um mesmo indivíduo é, simultaneamente, oprimido e opressor, de acordo com as categorias que lhe interseccionam.

Nessa perspectiva, a diferença não necessariamente será um marcador de hierarquia e opressão. Ao focalizar apenas os efeitos, podemos “tornar invisível a operação de tais processos ideológicos e materiais, assim dificultando nossa compreensão das complexas bases das desigualdades” (BRAH, 2006, p. 354). Uma posição interseccional pode, ao mesmo tempo, gerar a desigualdade e funcionar como catalisadora de uma agência política e de uma construção de novas formas de resistência.

No caso das ocupantes, apesar dos obstáculos, faz-se necessário enfatizar um discurso de resistência e de não aceitação do que lhes é imposto. Os relatos das entrevistadas demonstram que, com o passar dos dias nas ocupações, a divisão de atividades por gênero (e raça e sexualidade) foi colocada em xeque pelas ocupantes, que por meio de discussões nas assembleias deliberativas, começaram a refletir e procurar uma mudança nesses padrões.

Porque a gente conversou sobre isso, olha, vamos ver que tá todo mundo junto, que isso aqui é coletivo e que todo mundo precisa se ajudar, sem esperar que outras pessoas façam mais pelo sexo, por exemplo. (Beyoncé – Ocupante do CCB)

É uma problemática que a gente tem e a gente tem combatido isso, na perspectiva de desconstruir isso mesmo e de puxar a orelha mesmo dos meninos. (Angela – Ocupante do CAC)

Como apenas as discussões nas assembleias não foram capazes de surtir um efeito nessa situação, as ocupantes optaram pela greve da comissão de cozinha e de limpeza, que culminou na extinção dessas comissões em alguns dos centros.

Então assim, hoje o pessoal da comissão de alimentação fez greve, sabe, não fizeram o café da manhã, não fizeram almoço, não fizeram jantar. [...] É greve dentro da greve. Sim, e tem que ser, e isso é extremamente propositivo, sabe? (Elza – Ocupante do CE)

Hoje mesmo, eu sou da comissão, eu tô na comissão de alimentação e a gente não fez comida. Decretou greve. Justamente por conta disso (Angela – Ocupante do CE)



Tais situações geraram a oportunidade para discutir, no contexto das ocupações, as questões relacionadas a gênero, raça e sexualidade, criando um espaço frutífero para a geração de processos de conscientização, aos moldes do que prega a educação em direitos humanos no interior dos movimentos sociais. Conscientização é aqui entendida como um processo que nos permite identificar as relações sociais que causam opressão, exploração e desumanização; e leva a uma compreensão histórica que nos possibilita um comprometimento com a transformação (Pizzaro; Ducasse, 2012). É esse processo de transformação que, algumas semanas depois do início da ocupação, podia-se observar, em dois dos centros em que pudemos retornar para uma nova visita. Os relatos traziam uma divisão mais equilibrada das atividades, que passaram a ser realizadas em sistema de rodízio ou por comissões mistas.

[...] a gente teve dias de só homens estarem na comissão de comida, fazendo a comida, de limpeza. Enquanto tem muita mulher na comissão de segurança. [...] acho que metade das pessoas da comissão de segurança são mulheres, é bem dividido e elas são bem ativas, assim, sabe? (Joselita - Ocupante do CAC)

[...] agora para fim de ocupação, não tem esse lance de mulher faz isso, homem faz isso, porque ficaram poucas pessoas e agora a gente tá fazendo tudo igualmente. (Selma - Ocupante do CB)

Quanto à relação com os homens ocupantes, pelos depoimentos das entrevistadas podemos perceber que homens podem ser vistos como companheiros de luta ou ameaças em potencial. Para as ocupantes, isso se traduz em três tipos de homens:

1) O homem que se desconstrói diariamente;

[...] do homem que não é um herói, ele não é, a gente não pode entender ele como um herói, [...] é um cara inteligente, que entendeu que se desconstruir é o caminho inclusive para [acabar com] essas desigualdades (Elza – Ocupante do CE)

[...] aqui os meninos são diferentes, né, tem que, é um recorte. Aqui é constituído de homens negros, aqui também é constituído de homens gays. Aqui também é constituído de muitas pessoas que conseguem se desconstruir. Conseguem e tentam se desconstruir. Então que acaba que é um espaço onde a gente pode praticar essas coisas com uma segurança, tá ligado? (Brienne – Ocupante do CAC)

2) O homem cujo discurso se distancia de suas ações e cujas atitudes perpetuam opressões;

[...] não adianta ter só o discurso político bonito, e na hora da prática... [...] A gente luta contra tanta coisa aí fora, e aqui dentro vocês estão reproduzindo coisas que a gente tanto fala que é contra, né? (Elza – Ocupante do CE)

A gente vê companheiros que nem se preocupam, nem se chegam para ajudar. Para ajudar não, né, que eu acho que não é nem uma ajuda, é obrigação de todo mundo, tá todo mundo aqui ocupando, então. (Angela – Ocupante do CE)



3) O homem abusivo, que assedia mulheres ou tem comportamento agressivos.

A gente teve uns quatro casos de ter que tirar alguém, de ameaça de assédio, nesse último caso foi um cara que ficou totalmente alterado e começou a gritar com a menina da segurança inclusive e quando a galera pediu para ele se retirar ele começou a se alterar [...] Mas isso eu tenho assim como infiltrados, vamos dizer assim. (Joselita – Ocupante do CAC)

Teve um caso, um rapaz que tava assediando as companheiras nas culturais (Elza – Ocupante do CE)

Como forma de se proteger dos homens do último tipo, as ocupantes criaram estratégias. Uma delas foi a instituição da Comissão de Autonomia das Mulheres, composta por todas as mulheres ocupantes, com poder de deliberação para as decisões que envolvessem o bem-estar e a segurança de mulheres, sem precisar de submissão na assembleia dos centros. A ideia da Comissão de mulheres é oriunda de movimentos feministas, sendo um dos intercâmbios de táticas de organização entre movimentos percebida nesta pesquisa. A comissão foi responsável por expulsar ocupantes homens que apresentaram um comportamento de assédio ou agressão a mulheres, colocando em risco a segurança nos centros ocupados².

No dia 18 de novembro de 2016, foi realizado um encontro de mulheres (“Diálogos femininos: a voz ativa das mulheres nas ocupações e movimentos sociais”), na Ocupação do CAC, para discutir exclusivamente as questões femininas nas ocupações e trocar informações e vivências entre mulheres de diferentes centros ocupados.

Essa capacidade de auto-organização e uma liderança acentuada na gestão das ações dos movimentos de ocupação são outras características da participação ativa de mulheres nos centros ocupados. A observação dos eventos já permite perceber um protagonismo crescente das mulheres nas movimentações, seja nas manifestações, seja no cotidiano da ocupação. Na assembleia docente realizada em 10 de novembro de 2016, a participação estudantil foi representativa e possivelmente influenciadora do resultado equilibrado que culminou na adesão da categoria à greve contra a PEC do Teto de Gastos, com destaque para as estudantes mulheres que puxavam gritos de ordem através da estratégia de “microfone humano”³. Nos relatos das ocupantes, emergem mulheres com forte liderança e vozes que direcionam, além de uma resistência que marca a forma de luta das mulheres.

Ela conseguiu ocupar um centro aqui basicamente sozinha, tomou a frente e foi. (Selma – Ocupante do CCB)

Eu acho que o papel da mulher nesse caso é mais esse, do quanto a mulher tem se colocado, tem se posicionado, inclusive eu presencio muito isso nas assembleias da

2 Para a expulsão dos homens abusivos, as mulheres (sejam elas da comissão de segurança ou não) abordavam em grupo o ocupante e o acompanhavam até a saída da ocupação, explicando os motivos de sua expulsão. Caso houvesse resistência, elas formavam uma “corrente humana” que impedia a passagem do rapaz para o interior da ocupação.

3 “microfone humano”: na ausência de megafones e microfones, proporciona uma forma de expandir a voz da oradora, a partir da repetição pela multidão mais próxima das palavras proferidas, repetidas em progressão até os manifestantes mais distantes.



gente, que a gente se coloca muito, inclusive quando um homem quer interromper, porque ele acha que só ele deve falar, e a gente diz não, respeite minha fala, né? Espere, você vai ter o seu momento de falar, né? (Angela – Ocupante do CE)

Essa ocupação também não é feita de mulheres comuns, assim, essa ocupação é feita de mulheres muito fortes, de mulheres muito sofridas, mulheres muito fodas, assim, eu me surpreendo com cada uma das minhas colegas, conhecidas e amigas que estão na ocupação [...] Nós somos muito rápidas, nós somos mais proativas, por assim dizer, acho que essa é a palavra, proativas [...] nos lugares mais práticos e que lidam mais com público, as mulheres estão nisso. (Brienne – Ocupante do CAC)

O empoderamento⁴ é percebido nas falas das ocupantes, com marcas de crescimento pessoal, de senso de pertencimento e de resistência. Por uma perspectiva feminista, mulheres podem se empoderar por meio das relações de tomada de decisão tanto individuais quanto coletivas, e este empoderamento é capaz de permitir a mudança nos processos de subordinação das mulheres em relação ao gênero (Costa, 2008). Relatos de acolhimento, sensação de bem-estar e de amadurecimento durante a permanência na ocupação apareceram nas falas de várias entrevistadas. A ocupação funciona, dessa forma, como um espaço seguro que possibilita essa mudança e esse empoderamento. Segundo Mendes (2015, p. 30), “a ocupação do espaço, assim, é também ocupação afetiva e performativa: possibilidade de organizar práticas de liberdade que estilhacem os padrões majoritários redutores de nossas formas de vida”. Para muitas, estar na ocupação permitiu a descoberta de força e poder em si mesmas:

enquanto a gente tá aqui, a gente tá lidando com homens e com mulheres também que foram criados dentro de um sistema patriarcal que a gente conhece muito bem, então quer queira, quer não, é uma lição diária de mulheres se empoderando, de mulheres fazendo plenárias auto organizadas, de mulheres expulsando homens que as afetam da Organização. É extremamente necessário até para que essas pessoas quando retornem para o seu lugar de origem, elas tenham outras indagações além de apenas um sistema político vigente. É um sistema político real, saca? (Brienne – Ocupante do CAC)

[...] eu tô descobrindo fibra que eu nem sabia que eu tinha (Selma – Ocupante do CCB)

Os relatos mostram, na prática, a vivência da intencionalidade político-pedagógica existente nos movimentos sociais, conforme apontado por Pizarro e Ducasse (2012). Segundo Gohn, movimentos sociais de defesa da educação são eficazes em incentivar um aprendizado político abrangendo questões como “gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais etc.” (Gohn, 2011, p. 347). Nessa perspectiva, as experiências de militância nas ocupações estudantis propiciam trocas e favorecem uma educação transformadora, democrática, de/em direitos humanos.

4 Empoderamento é o: [...] mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. (COSTA, 2006: 7).



6 Considerações finais

As primeiras feministas latino-americanas tiveram que lidar com o conflito de apoiar a bandeira mais ampla e necessária, pela democracia e contra a ditadura, e deixar para outro momento a lida com as questões relativas às demandas específicas de mulheres. No caso das ocupações, a luta é contra decisões econômicas e políticas, mas as ocupantes entrevistadas, todas identificadas como feministas, parecem não estar mais dispostas a deixarem para depois questões referentes ao seu cotidiano – para elas, o pessoal é, também, político. Estar na ocupação é fazer parte de uma luta maior, enquanto trava a sua luta já cotidiana contra os padrões de comportamento de gênero impostos pela sociedade. Ao mesmo tempo, é um espaço em que se pode experimentar formas diferentes de vivenciar esses problemas, inclusive efetivamente participando da formulação das regras que vão reger as situações internas às ocupações.

O ambiente educativo que a ocupação proporciona também a torna um lugar em que efetivamente se pode discutir direitos humanos – ao mesmo tempo em que se vivencia sua prática. Seja assistindo um documentário sobre as meninas das ocupações secundaristas e debatendo, seja trocando estratégias de militância com ocupantes de outros movimentos, essas mulheres começaram a construir sua própria trajetória de empoderamento e luta. E elas estão conscientes de que essa experiência deixará marcas na forma como viverão suas vidas após as ocupações. O desafio é, então, propiciar que as vivências posteriores na universidade possam ter um caráter mais democrático e mais centrado na educação em direitos humanos, experiência que, quando vivida, proporciona uma mudança de perspectiva e um referencial para todas as pessoas que tiveram a oportunidade de presenciar esses eventos, sejam estudantes, técnicas/os ou docentes da instituição.

Referências

- ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois?. In: HARVEY, D. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p. 31-36.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, 2006. p. 329–376.
- BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **Eccos - Revista Científica**, v. 11, n. 1, Jan-jun, 2009. p. 97-121.
- COLLINS, Patrícia H. Em Direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42.
- COSTA, Ana Alice. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Niterói**, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. Sem, 2005.
- COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em: <<https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.
- GARGALLO, Francesca. **Feminismo latinoamericano: una lectura histórica de los aportes a la liberación de las mujeres**. 2012. Disponível em: <<https://francescagargallo.wordpress.com/ensayos/feminismo/no-occidental/fem-latinoam-una-lectura-historia-de-aportes/>>. Acesso em: 27 jul. 2017.



- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, n. 47, v. 16, maio/ago, 2011.
- GOMES, Romeu. Análise e Interpretação de Dados de Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 79-108.
- KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, Unesp, 2009, p. 67-75.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MACEDO FILHO, Renato; COSTA, Ana Alice. Participação das mulheres no movimento sem teto em Salvador: dando vozes a quem tem o que dizer. In: SOUZA, Angela; ARAS, Lina (Org.) **Mulheres e Movimentos: estudos interdisciplinares de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 13-42
- MENDES, Alexandre. Ocupações estudantis: novas assembleias constituintes diante da crise?. **Revista Lugar Comum**, n.º 45, maio– dez, 2015. p. 16-41.
- MORAES, Maria Lygia Q. O feminismo político e a luta contra a ditadura civil-militar. **Revista Coletiva**, n.12, set-dez, 2013. p. 1-4.
- OSÓRIO, Bruna. **A (in)visibilidade das mulheres no movimento estudantil: do passado ao presente**. [dissertação] Programa de Pós-graduação em Psicologia. Santa Maria: UFSM, 2014.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, 2008. p. 263–274.
- PIZARRO, Paula R. O. ; DUCASSE, Jorge F. C. Educación, movimientos sociales y poder popular. Apuntes teóricos para la praxis político-pedagógica. **Revista Actuel Marx / Intervenciones**, n.13, segundo semestre, 2012. p. 215-235.
- RODINO, Ana María. ¿Qué revelan las investigaciones sobre las actuales prácticas pedagógicas y didácticas de educación en derechos humanos en América Latina?. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP – Campinas, **Anais eletrônicos**, 2012. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/0026s.pdf>. Acesso em: 27 jul.2017.
- SILVA, Mayris; MENDONÇA, Viviane. Mulheres no movimento estudantil e as universidades públicas brasileiras da década de 1990: gênero e educação. **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.2, n.3, set.- dez. 2016, p.180-193.
- SOUSA, Janice. T. P. de. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: Hacker, 1999.
- STERNBACH, Nancy Saporta, NAVARRO-ARANGUREN, Marysa, CHUCHRYK, Patricia; ALVAREZ, Sonia E. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. **Revista Estudos Feministas**, nº 2, v. 2, 1994. p. 255-295.
- ZAIDMAN, Claude. Educação e socialização. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, Unesp, 2009, p. 67-75.



